

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Edital 27/2022/INHIS

Prova Escrita

TEMA SORTEADO: VII - Ensino de História e Cultura Indígena: a Lei 11.645/08

**Tema: Ensino de História e Cultura Indígena: a Lei 11.645/08**

A obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena foi instituída pela Lei 11.645 de 10 de março de 2008. Antes da edição desta lei fundamental para implementação de públicas educacionais, o dever profissional do(a/e) historiador(a/e) de inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo educacional do Brasil e na historiografia diz do compromisso ético com o enfrentamento, por meio da construção do conhecimento histórico, dos apagamentos e dos silenciamentos da história em relação aos povos indígenas e africanos.

A Lei 11.645 de 10 de março de 2008 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Anos antes, em 2003, a LDB havia sido alterada pela modificação contida na Lei 10.639 de 2003, que incluiu no currículo no currículo educacional do Brasil a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Ambas alterações da LBD 9394/96 referem-se à larga trajetória de lutas dos movimentos sociais protagonizados por pessoas indígenas e por pessoas negras em articulações com movimentos sociais em torno das pautas educacionais. Assim, este corpo legislativo visa a ensinar história e cultura afro-brasileira, por meio da sua inclusão no currículo oficial. De modo amplo, é o dispositivo legal para o ensino de história e cultura dos povos indígenas e dos povos africanos.

A instituição do conteúdo história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo das redes de ensino público e privado desafiou o próprio currículo escolar e a formação de professores(as). Ao longo dos últimos vinte e dois anos profissionais da educação, sobretudo professoras(es) empenhadas na reflexão sobre o combate ao racismo no Brasil por meio da educação, publicaram obras, realizam debates e seguem defendendo importância do ensino de história afro-brasileira e indígena da formação de professores a sala de aula das aulas, passando pela formação continuada.

Neste diapasão, autores indígenas como Eliane Potiguara, Ailton Krenak, Gersen Baniwa, Chiquinha Pareci, Darlene Taukane, Elisa Pankararu, Edson Kaiapó, Daniel

Munduruku, Rosane Fernandes, Casé Angatu, entre outros(as), debatem sobre a educação escolar indígena, a educação indígena e o ensino de história indígenas nas escolas não-indígenas. Partindo da luta dos povos indígenas, da qual são construtores, por reconhecimento dos seus direitos constitucionais (artigos 231 e 232 da Carta Magna Constitucional do Brasil de 1988), estes(as) professores(as), de modo geral, advogam o ensino de história e cultura indígena nas escolas não-indígenas como uma forma de combater os silêncios da história, enquanto expressão do racismo, e, por outro lado, uma maneira de mostrar como os povos indígenas construíram suas histórias, quais seus valores, suas cosmologias, suas lutas, seus modos de ser e de viver.

Em grande medida, a história que muitos cidadãos e cidadãs do Brasil que vivenciaram o direito à educação pública formularam sobre os povos indígenas refletem ideias que dizem sobre o desaparecimento ou vias de desaparecimento desses últimos. Seja fundamentada na ideia de miscigenação, nos termos da sociologia de Gilberto Freyre, ou nos termos do ideário assimilacionista, tanto no âmbito do discurso do século XIX, do qual o historiador Varnhagen é expressão, quanto do discurso do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), na primeira metade do século XX, do qual Marechal Rondon é expoente, a trajetória histórica dos povos indígenas foi dada como terminada ou estava em via de fim. No imaginário social é recorrente a associação dos povos indígenas a estereótipos racistas como “índio preguiçoso”, “índia lasciva”, “selvagens”.

Na contramão deste ideário, os povos indígenas ao longo do tempo ditado pela cronologia ocidental organizaram estratégias de lutas de resistência. A partir dos anos 1970 é possível perceber a organização dos povos indígenas como movimento social, tendo como pautas fundamentais o reconhecimento da indianidade e de direitos correlatos. Foi e segue sendo este o movimento social a denunciar o modo racista como a sociedade brasileira percebe e narra a história dos povos indígenas.

Gersem dos Santos Luciano Baniwa no livro “O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje”, obra publicada em 2006 a partir de reflexões sobre a história dos povos indígenas no presente, afirma que “os índios estão mais vivos do que nunca”. Em oposição a uma narrativa exclusivamente centrada em opressões e repressões, Baniwa conta uma história que enfatiza a abundância do viver indígena em seus territórios de ocupação tradicional. Baseado em intenso trabalho de convivência com diferentes grupos indígenas, Baniwa narra uma história que partilha com as lideranças, comunidades e povos indígenas. Com isso, critica a imagem preconceituosa corrente no Brasil sobre os povos indígenas como “empecilhos ao desenvolvimento”.

Neste sentido, a obrigatoriedade a partir de 2008 do ensino da história e da cultura indígena na educação básica, como também sua inclusão em alguns cursos de formação de professores de História, que instituíram em seus currículos disciplinas como “História Indígena” ou “Educação para as Relações Étnico-Raciais”, visa diminuir os preconceitos que são advindos da desinformação ou da má formação acadêmica e profissional. Trata-se de conteúdo a ser pesquisado e refletido na educação básica e no ensino superior como parte da formação humanística. Um conteúdo que nos indague sobre como nos tornamos o que somos e que faça a crítica aos preconceitos e discriminações contra os povos indígenas. Para tal, é preciso conhecer a produção historiográfica, antropológica, literária, fílmica, etc. dos povos indígenas e sobre os povos indígenas, incluindo a pluralidade analítico-narrativa das autorias indígenas, em seus diferentes suportes, bem como as críticas que os próprios indígenas realizam sobre a historiografia acadêmica e o ensino de história.

O imaginário estereotipado e toda ação política a ele atrelado são amplamente criticadas pelos(as) professores(as) indígenas, e também por profissionais das ciências humanas e sociais dialógicas com as lutas dos povos indígenas. A antropóloga Manuela Carneira da Cunha, atuante na luta dos povos indígenas, em especial na Assembleia Nacional Constituinte de 1987, chamou atenção para a necessidade de construção da “história dos índios no Brasil”, título da obra de referência lançada em 1992.

A obra História dos Índios no Brasil começa problematizando que contar a história dita nacional partindo do chamado “descobrimento do Brasil” encerra em si o silenciamento dos povos indígenas. Invertendo o procedimento referente a uma história fundada nas ideias de Capistrano de Abreu, Manuela Carneiro da Cunha propõe e faz uma história dos índios no Brasil partindo das narrativas diversas dos indígenas e sobre os indígenas. Deste modo, conta uma história da presença indígena como “produtora” do Brasil, ainda que pense sobre povos indígenas projetos de identidade monolíticos, construtoras de uma imagem do indígena como um ser genérico e “parado no tempo”.

O momento de lançamento de “História dos Índios no Brasil” avivou entre historiadores(as) a possibilidade de montagem de um campo de estudos e de pesquisas voltado à “questão indígena”, termo referido nos estudos sobre história indígena nos anos 1980 e 1990. Liderado pelo historiador John Manuel Monteiro, foi criado, nos anos 1980, no âmbito da Associação Nacional de História, o grupo de estudo preocupado em pesquisar a questão indígena. O grupo nasceu em momento político particularmente

proeminente no que se refere à articulação do movimento indígena e de diversos movimentos de combate à ditadura militar, e em combate das formas de silenciamento que dificultavam a construção de uma história da presença indígena no Brasil. Enfrentou, com trabalho em arquivos e de campo, a máxima do historiador Varnhagen que dizia não haver história dos povos indígenas a ser contada. Deste modo, nos anos 1990, na historiografia, além do livro organizado pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, recebemos o livro “Negros da Terra”, de John Manuel Monteiro, conhecido também por suas críticas à diminuta produção historiográfica sobre os povos indígenas.

A década de 1990 foi o tempo da produção e publicação de “A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus”, lançado em 1995, com organização de Aracy Lopes da Silva e Luiz Donizete Benzi Grupioni, em uma parceria Ministério da Educação do Brasil e Unesco. Os vinte capítulos, acrescidos do prefácio, da introdução, boxes e ensaios fotográficos, visto em conjunto, constituem obra primaz para o ensino de história e cultura indígena nas escolas do Brasil, antes mesmo da Lei 11.645/2008.

A referida obra reúne especialistas na pesquisa sobre cultura e história dos povos indígenas. Enseja o conhecimento sobre a historicidade das sociedades indígenas em contextos dinâmicos de relações políticas, econômicas, sociais e culturais e fundamenta o trabalho dos professores e a reflexão sobre a possibilidade de convivência social das diferenças étnicas, em acordo com a Constituição do Brasil de 1988.

Parafrazeando o título do capítulo de John M. Monteiro, no livro “A temática indígena na escola...”, naquele momento, havia vários “desafios da história indígena no Brasil”, um deles dizia respeito ao que Monteiro chamou de a “pouca atenção dada pelos historiadores aos povos indígenas”, em relação ao tempo presente e em relação ao passado. Naquela situação, cabia aos historiadores construir uma história indígena narrativa e debatedora do papel dos povos indígenas como sujeitos históricos, ao mesmo tempo reflexiva de modo central sobre qual significado de contar história de povos cuja memória não necessariamente está assentada em escritas. Deste modo, a produção historiográfica se colocava em sintonia com a luta dos povos indígenas no enfrentamento do ideário da extinção e contribuía para compreensão das relações interétnicas ao longo do processo histórico.

Dialógicos com os trabalhos do campo de estudo e pesquisa “Índio na história” ou “História Indígena”, bem como com a produção antropológica, aqui vale mencionar os estudos do antropólogo João Pacheco de Oliveira, que ao debater sobre a historiografia

brasileira mostra o processo de elaboração de um paradigma historiográfico sobre a colonização do Brasil ditou uma interpretação que encerra os povos indígenas no esquema analítico do colonizador.

O autor de “O Nascimento do Brasil e outros ensaios”, 2006, que reúne escritos produzidos desde os anos 1980, chama leitores(as) para implodir a narrativa colonial, atuando para anulação dos seus efeitos sociais e para elaboração de caminhos interpretativos da história do Brasil que não prescindam dos povos indígenas nem os trate como coadjuvantes. Para João Pacheco de Oliveira, que em 2006, ao lado de Carlos Augusto da Rocha Freire, lançou o livro “A presença Indígena na Formação do Brasil”, fruto da parceria do MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade com a Unesco, importa uma história que aborde a complexidade e a singularidade, em suma a participação dos povos indígenas no processo histórico. Trata-se de uma proposta de fazer histórico hábil em apontar as estratégias das categorias coloniais, entre elas as jurídicas e as de análise historiográfica, de apagamento das coletividades e grupos sociais racial e etnicamente diferenciados, para a contrapelo mostrar o processo de atuação dos povos indígenas.

Esta proposta de história dos povos indígenas como sujeitos históricos construtores de lutas na situação de violência colonial também pode ser encontrada na obra de Benedito Preziosi, “História da resistência indígenas: 500 anos de luta”, de 2017, que traz, pelas letras do historiador ligado ao Conselho Indigenista Missionário, uma proposta indigenista que assume o lugar de agente social ligado à Igreja Católica e à Teologia da Libertação ao lado dos povos indígenas, no processo de resistência à violência colonial. Compreendendo a violência da invasão dos territórios indígenas no passado colonial e no presente colonialistas, nos termos de Tzvetan Todorov, a suposta conquista da América teria dado início ao genocídio dos povos indígenas.

Com a edição da Lei 11.645/2008, os editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), como exemplo de política pública, passaram a exigir dos(as) autores(as) e editoras incorporar, de modo qualitativo em suas obras didáticas, a temática da história e cultura indígena. De modo geral, a história e a cultura dos povos indígenas abordadas nas obras didáticas devem enfatizar o protagonismo dos povos indígenas ao longo da história e mostrar atuação indígena no tempo presente, discutindo as imagens estereotipadas sobre os coletivos indígenas.

Conquanto um longo caminho pela frente para efetivação da Lei 11.645/2008, uma vez que é comum ouvirmos em curso de formação sobre história indígena afirmação

sobre o desconhecimento acerca de história e cultura indígena, bem como a permanência das imagens discriminatórias no cotidiano escolar, importante salientar que, tanto com o desenvolvimento da pesquisa no campo história indígena quanto com a Lei 11.645/2008 mais profissionais de história dedicaram seu trabalho a escrever obras para a implementação do ensino de história e cultura indígena na escola, exemplo da obra “A temática indígena na escola: subsídios para os professores”, 2011, do historiador Pedro Paula Funari, e mais recentemente, a obra “Ensino (d)e História Indígena”, 2015, organizada pela historiadora Luiza Tombini.

Estes profissionais se somam ao trabalho de longa data de autoras indígenas como Eliane Potiguara que em 1989 publicou “A terra é a mãe do índio: Nhandecy”, um livro que conta a história dos povos indígenas pela perspectiva dos coletivos indígenas, e que entre outros pontos, anotou com criticidade os desafios dos povos indígenas ante a política de desenvolvimento neoliberal de construção das hidrelétricas. Trata-se de livro ilustrado e explicativo de histórias indígenas, organizado pelo Grupo Mulher-Educação Indígena.

Na caminhada e no acampamento anual dos povos indígenas em Brasília, na luta no Supremo Tribunal Federal contra a tese do marco temporal, nas palavras dos(as) autores indígenas, nas palavras de historiadores(as) e antropólogos(as) indígenas e não indígenas, nos títulos das suas obras, na inclusão de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, a defesa tenaz da história indígena se reafirma como um caminho de combate ao racismo, que não cessa de ceifar vidas de pessoas negras e indígenas.

Um olhar retrospectivo para os caminhos da história indígena no Brasil indica que a Lei 11.645/2008, que só chegou em 2008, aponta para o tamanho, a densidade e a complexidade do trabalho que temos que fazer no presente e no futuro. Um trabalho envolvido com o compromisso ético com uma história indígena que possibilite um ensino de história e cultura indígena atinente aos direitos humanos, em consonância com as Diretrizes Curriculares para a Educação em Direitos Humanos (conforme Resolução CNE/CP nº 1 de 30 de maio de 2012), ao respeito à diferença e à diversidade, que posicione-se criticamente em relação às desigualdades sociais e os racismos; um ensino de história e cultura indígena que indague os silêncios do fazer histórico, um ensino de história com as vidas indígenas.